

► NOVA DENÚNCIA

'Temer está tranquilo' diz ministro

O ministro Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo) afirmou ontem que o presidente Michel Temer está "muito tranquilo" com a possibilidade de uma nova denúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

"Continua muito tranquilo, preparado para qualquer tipo de especulação, de colocação que venha, como se fez da primeira vez. Confiante que isso não vai prosperar, até porque a verdade sempre vai prevalecer", afirmou.

Imbassahy deu a declaração após um almoço de mais de três horas na casa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com a presença de Temer, do presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), dos ministros Helder Barbalho (Integração Nacional) e Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência), além do deputado Heráclito Fortes (PSB-PI).

Ele declarou que todos estão "estarecidos" com a gravação da conversa entre Joesley Batista, sócio da JBS e delator, e Ricardo Saud. "Todos estão estarecidos com os últimos acontecimentos envolvendo essa dupla já conhecida pelo Brasil", disse.

Na quarta-feira (6), a defesa do presidente pediu para que o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), determine a suspensão da nova denúncia e de outros inquéritos contra ele.

De acordo com os advogados do presidente, Fachin deve proibir as ações da PGR até que termine a investigação para apurar se os delatores da JBS omitiram fatos da Procuradoria.

O problema surgiu após os delatores da JBS entregarem à PGR (Procuradoria-Geral da República) novos áudios de conversas gravadas secretamente.

O Planalto acredita que a repercussão da decisão sobre a delação da JBS é "ótima" para o governo, pois terá reflexo político direto entre os parlamentares que poderão votar o prosseguimento de eventual segunda denúncia contra o presidente na Câmara. (Folhapress)

Grito dos Excluídos pede direitos e cidadania

Em várias cidades de todas as regiões do Brasil, a 23ª edição do Grito dos Excluídos reuniu milhares de pessoas no feriado de 7 de Setembro. O mote deste ano da tradicional mobilização é "Por direito e cidadania, a luta é todo dia". Entre as reivindicações, estão a preservação e a ampliação de direitos sociais, críticas às reformas propostas pelo governo e a reversão do decreto que extingue uma reserva mineral na Amazônia. As informações são da Agência Brasil.

Em Brasília, a concentração começou às 9h. De um lado da Esplanada dos Ministérios, a cúpula do governo federal assistia, ladeada por milhares de pessoas, o desfile cívico-militar. Do outro, próximo ao Museu da República, movimentos sociais e ativistas protestavam em defesa da democracia e contra as reformas em curso, como a trabalhista e a previdenciária. O número de participantes não foi divulgado. (Folhapress)

► COMUNICAÇÃO

Convênio deve preencher programação da TV Câmara com jornalismo, cultura, educação e prestação de serviços

TV Câmara passa a contar com programação da TVE

MAURO UTIDA
mutida@j1.com.br

A Câmara de Jundiá e a Fundação Televisão Educativa de Jundiá (FTVE) estão finalizando convênio para preencher a grade de programação da TV Câmara, que atualmente transmite as sessões ordinárias e extraordinárias e audiências públicas do Legislativo de Jundiá. Não há previsão do início da transmissão dos trabalhos.

As sessões da Câmara Municipal são realizadas às terças-feiras, a partir das 18h. Nos demais dias e horários, a TV Câmara retransmite a programação da TV Assembleia de São Paulo, órgão com o qual compartilha o canal 4 da NET.

Por nota enviada pela assessoria de imprensa, a Fundação TVE adianta que a programação que será disponibilizada para a TV Câmara

conterá com jornalismo, cultura, educação e prestação de serviços, entre outros temas. "A grade de programação será fechada somente após o termo de parceria com a Câmara Municipal", informa a nota.

A TV Câmara Jundiá está disponível pela internet (no site da Câmara), pela TV aberta (canal 60.1 UHF) e pela NET (canal 4). De acordo com a assessoria de imprensa do Legislativo, não há números sobre a audiência do canal da Casa de Leis. "É preciso contratar uma empresa especializada, como o Ibope, para fazer tal medição", esclarece.

Para o presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), este convênio possibilitará um interesse maior da população pelos trabalhos realizados dentro da Câmara. Ele explica que o objetivo é deixar o canal mais atrativo e aumentar a



TECNOLOGIA TVE ganhou "cara nova" e em breve retransmitirá as sessões da Câmara

audiência tanto pelo canal na TV aberta e na NET, como pelo site e redes sociais. "Temos hoje muitos municípios que acompanham as sessões da Câmara pela televisão. É um canal que está sendo pouco aproveitado

hoje e que tem grande potencial de melhora", destaca Martinelli.

Rede TVTEC

Além de oferecer conteúdo jornalístico com notícias da Prefeitura de Jun-

diá e uma programação cultural dos eventos que acontecem na cidade, a Fundação TVE passou a contemplar também a Rede TVTEC, considerada a primeira escola de televisão e produção audiovisual pública municipal em parceria com o Centro Paula Souza. Atualmente são oferecidos cinco cursos gratuitos, rápidos, presenciais e voltados à economia criativa, com foco nos jovens e adultos em vulnerabilidade social.

Investimento

A Fundação TVE conta com uma dotação orçamentária de R\$ 300 mil por mês para custeio, investimentos e manutenção.

Segundo a assessoria da Prefeitura de Jundiá, nesta gestão houve economia de custos que chega a 21%, incluindo a redução do número de funcionários de 37 para 17 no total.

► COMISSÃO MISTA

Miguel Haddad acredita que CPMI da JBS pode durar até quatro meses

Instalada nesta terça-feira (5) no Congresso Nacional, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que irá investigar as operações realizadas entre a empresa JBS e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pode levar até quatro meses para finalizar o trabalho, de acordo com o deputado federal Miguel Haddad (PSDB), que é membro titular do colegiado.

Um dos maiores desafios desta comissão é investigar a delação premiada assinada entre os executivos da empresa, com destaque para Joesley Batista. Ele voltou a ficar em evidência esta semana após um áudio entre ele e Ricardo Saud, outro executivo da empresa, citar magis-

trados do Supremo Tribunal Federal e o ex-integrante da Procuradoria Geral da República (PGR), Marcelo Miller, além da ex-presidente Dilma Rousseff e o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo.

Segundo algumas agências de notícias, a CPMI que vai apurar possíveis irregularidades na delação dos irmãos Batista quer convocar para depor, além de Janot, Joesley, Saud e Miller.

Um grupo de trabalho havia sido criado no Legislativo no fim de maio, depois da divulgação da delação da JBS, mas ainda não havia iniciado seu trabalho. Haddad acredita que a CPMI receberá grande pressão nos próximos dias por conta das últimas informações que envolvem os inves-



RESPONSABILIDADE Deputado Miguel Haddad é membro titular da CPMI da JBS

tigados. "As apurações até agora feitas apontam que a JBS tem uma participação importante no processo de corrupção no país e na política. Precisamos saber qual

foi o tamanho do prejuízo que estes atos ilícitos trouxeram aos cofres públicos", destaca o deputado.

A CPMI conta com 16 senadores e 16 deputados,

com igual número de suplentes. O presidente da comissão é o senador Ataídes de Oliveira (PSDB-TO). O relator deve ser indicado na próxima semana.

Reforma eleitoral

Esta é a segunda comissão na qual Miguel Haddad participa. Ele também faz parte do grupo que discute a reforma política na Câmara Federal.

Nesta terça-feira (5), foi aprovado o texto principal da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 282/16, do Senado, que veda coligações para eleições proporcionais e cria uma cláusula de desempenho para o acesso de partidos ao Fundo Partidário e ao tempo de propaganda em rádio e TV.

► EM DEPOIMENTO À PGR

Joesley nega atuação de ex-procurador

Em depoimento à Procuradoria-Geral da República nesta quinta (7), Joesley Batista, sócio majoritário da J&F, controladora da JBS, afirmou que não recebeu orientações do ex-procurador Marcello Miller para negociar um acordo de delação premiada, nem para gravar o presidente Michel Temer no encontro no Palácio do Jaburu, em 7 de março deste ano. Joesley depôs por mais de duas horas na sede da PGR, em Brasília.

Além dele, foram convocados a prestar depoimento outros dois delatores - Ricardo Saud, diretor e lobista do grupo, e o executivo e advogado da empresa, Francisco de Assis e Silva. As oitivas começaram às 10h. Os três foram chamados a prestar esclarecimentos sobre o polêmico áudio que entregaram à Procuradoria em

que Joesley e Saud indicam que Marcello Miller teria atuado para ajudá-los no processo de delação quando ainda ocupava o cargo de procurador da República. Por causa dessa gravação, datada de 17 de março e com quase quatro horas de duração, o procurador-geral, Rodrigo Janot, anunciou abertura de investigação para apurar omissão de informações e revisar os benefícios concedidos aos três delatores, incluindo a imunidade penal.

O procurador-geral deverá encaminhar sua posição para o ministro Edson Fachin, relator do caso no Supremo. Joesley disse, no depoimento, prestado à subprocuradora Cláudia Marques, que foi apresentado a Miller pela advogada Fernanda Tórtima, que atua para a JBS.

► COMPLEMENTAÇÃO DE VERBAS DO FUNDEF

STF condena governo a repassar até R\$ 50 bilhões aos estados

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou a União nesta quarta-feira (6) a pagar diferenças relacionadas à complementação de verbas do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) entre 1998 e 2007. Os repasses aos estados, considerando todas as ações que precisam ser analisadas, podem chegar a R\$ 50 bilhões, de acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU).

Ainda não foi definido como será feito esse pagamento. Por 5 votos a 2, os ministros da Suprema Corte decidiram que o valor mínimo repassado por aluno em cada estado não pode ser menor do que média nacional e a complementação ao fundo, fixada em desacordo com a média nacional, impõe

à União o dever de suplementação desses recursos. Também foi definido que os recursos recebidos retroativamente deverão ser destinados apenas para a educação.

A decisão foi tomada em julgamento de quatro ações, dos estados da Bahia, Amazonas, Sergipe e Rio Grande do Norte, e vale apenas para esses locais. O Fundef foi instituído em 96 como fundo financeiro de natureza contábil. É gerido pela União e composto por impostos estaduais. Se os repasses de estados e municípios não forem suficientes, a lei determina que a União faça aportes para complementar o fundo. Os estados alegavam que a União descumpriu uma determinação constitucional ao calcular o repasse; já a União alegou que cada cálculo tem um critério.

O julgamento

Relator da ação, Marco Aurélio votou a favor da União. Foi seguido por Luiz Fux, mas acabaram vencidos. "Ante duas interpretações igualmente razoáveis do mesmo preceito legal, presente a imprecisão do texto, dá-se primazia àquela adotada pela autoridade administrativa a quem a lei delegou a função de determinar o valor mínimo anual por aluno", disse Marco Aurélio. O ministro Edson Fachin abriu divergência do relator e foi seguido por Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Celso de Mello e Cármen Lúcia. Os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski não participaram da sessão.